



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

SUMÁRIO:

I – RELATÓRIO, p. 2	
A CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES, p. 2	
II – FUNDAMENTAÇÃO, p. 4	
B – LICENÇA-PRÊMIO, p. 4	
• Casos de deferimento, p. 4	
Exoneração <i>ex officio</i> , aposentadoria por invalidez permanente e falecimento, p. 4	
Aposentadoria compulsória, p. 6	
Aposentadoria voluntária, p. 7	
Pedidos efetuados quando completadas as condições necessárias à aposentadoria voluntária, p. 8	
Pedidos formulados por Agentes Fiscais de Rendas e servidores em exercício nas unidades administrativas da Secretaria da Fazenda e Planejamento, p. 9	
• Casos de indeferimento, p. 13	
Demissão e exoneração a pedido, p. 13	
Aposentadoria compulsória, p. 14	
Aposentadoria voluntária, p. 14	
C - FÉRIAS NÃO GOZADAS, p. 14	
• Casos de deferimento, p. 14	
Férias não gozadas referentes ao ano do falecimento do servidor, p. 14	
Férias indeferidas por absoluta necessidade do serviço, p. 16	
Férias não usufruídas por servidor exonerado <i>ex officio</i> referentes ao exercício em que ocorreu a exoneração, p. 18	
• Casos de indeferimento, p. 19	
Férias não gozadas e não indeferidas por absoluta necessidade do serviço, p. 19	
D - LEGITIMIDADE PARA FORMULAR REQUERIMENTO DE INDENIZAÇÃO POR FÉRIAS E LICENÇAS-PRÊMIO NÃO GOZADAS E/OU NÃO UTILIZADAS, p. 20	
E - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSTRUÇÃO DO PEDIDO, p. 22	
F - COMPETÊNCIA DECISÓRIA, p. 24	
G – CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 25	
III – CONCLUSÃO, p. 26	
H – SOLUÇÃO DO CASO CONCRETO, p. 26	

I – RELATÓRIO

A - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1. A presente manifestação jurídica referencial¹ visa registrar os apontamentos que o Núcleo de Direito de Pessoal vinculado à Subprocuradoria Geral da Área da Consultoria da Procuradoria Geral do Estado emite em seus pareceres sobre o tema de indenização de férias e licenças-prêmio não usufruídas pelo servidor público titular de cargo efetivo, ocupante de cargo em comissão ou admitido nos termos dos incisos I e II do artigo 1º da Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974².

¹ Destaco que, ante a orientação firmada no Parecer NDP nº 120/2020, a pedido do Procurador do Estado Coordenador do Núcleo de Direito de Pessoal, o Parecer Referencial NDP nº 03/2020 foi revisto, nos termos do disposto no artigo 2º, parágrafo único, da Resolução PGE nº 29/2015.

² Pareceres PA nºs 41/2018 e 42/2018



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

2. A partir dela, a Administração pode verificar o atendimento das recomendações feitas dispensando-se o envio do processo para análise, nos termos da Resolução PGE/SP nº 29, de 23 de dezembro de 2015, cujo artigo 1º é taxativo:

“Artigo 1º - Fica admitida a elaboração de Parecer Referencial, a critério da Chefia da Consultoria Jurídica, quando houver processos e expedientes administrativos com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme, cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos.”

3. Assim, compete ao órgão assessorado atestar que o assunto do processo é o tratado na manifestação jurídica referencial, para o fim de não encaminhar processos que tratem de pedidos de indenização de férias e licenças-prêmio não usufruídas formulados por servidor público titular de cargo efetivo, ocupante de cargo em comissão, ou admitido nos termos dos incisos I e II do artigo 1º da Lei nº 500/1974, ou seus beneficiários, com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos indicados neste parecer, na forma da Resolução PGE nº 29/2015.

4. Nesse sentido, a praxe em hipóteses idênticas ao presente é não encaminhar os autos para o órgão jurídico consultivo, **sem prejuízo de submissão de dúvidas específicas serem levantadas e apreciadas, de forma individualizada**. A finalidade do parecer referencial é eliminar esse trâmite, otimizar o serviço em situações idênticas e cumprir o princípio da eficiência administrativa.

5. Cabe assim, à autoridade administrativa a análise do requerimento efetuado e a presença dos documentos exigidos para fins do pagamento da indenização pleiteada.

6. No caso, trata-se de solicitação de análise e parecer sobre pedido formulado por [REDAZIDO], que ocupava o cargo em comissão de Assessor de Ouvidoria junto à Secretaria da Segurança Pública, objetivando o pagamento, em pecúnia, de 30 (trinta) dias de férias, referentes ao exercício de 2020, não usufruídas em razão de sua exoneração *ex officio* em 07/03/2020.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

7. Os autos encontram-se instruídos, dentre outros, com: requerimento formulado pela interessada, dirigido ao Secretário da Fazenda e Planejamento, no qual declara a inexistência de ação judicial pleiteando a indenização (fl. 05); publicação da exoneração (fl. 06); escala de férias do exercício de 2020 (fl. 07); declaração da interessada de que não ocupa outro cargo público junto ao Estado e informação da conta bancária (fl. 08); registro de frequência do ano de 2020 (fl. 09); certidão para fins de indenização de férias (fl. 10).

8. Vieram, assim, os autos a este órgão consultivo para análise e parecer, por meio de encaminhamento da responsável pelo expediente da Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado (fl. 13).

É o relatório. Passo a opinar.

II - FUNDAMENTAÇÃO

9. Feito este escorço, passa-se a abordar as questões jurídicas relativas a pedidos de indenização por férias e licenças-prêmio não usufruídas, que, com grande frequência e volume, são submetidas à análise das Consultorias Jurídicas:

B – LICENÇA-PRÊMIO

10. Casos de deferimento:

10.1. Exoneração *ex officio*, aposentadoria por invalidez permanente e falecimento

Dispõe o artigo 3º da Lei Complementar Estadual nº 1.048, de 10 de junho de 2008:



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

“Artigo 3º - Na hipótese de se tornar inviável o gozo de licença-prêmio, na forma prevista nesta lei complementar, em virtude de exoneração “ex officio”, aposentadoria por invalidez permanente ou falecimento, será paga ao ex-servidor ou aos seus beneficiários, conforme o caso, indenização calculada com base no valor dos vencimentos do cargo ocupado, referente ao mês da ocorrência.”

Desta forma, pedidos de indenização fundados em aposentadoria por invalidez, exoneração *ex officio* e falecimento comportam deferimento ante a inviabilidade de fruição e expressa previsão legal, devendo ser observada a prescrição quinquenal³ a ser contada a partir da data da exoneração, aposentadoria por invalidez ou falecimento, conforme o caso.

Não obstante, quanto à exoneração *ex officio*, deve o órgão de recursos humanos competente verificar se o servidor desligado por ato da Administração é titular de outro cargo ou exerce função atividade de natureza permanente junto ao Estado, pois, nestes casos, o pagamento não deverá ser autorizado, ante a possibilidade de fruição dos períodos de licença-prêmio pendentes. Neste sentido, a orientação traçada nos Pareceres PA nº 47/2012, PA nº 33/2012 e PA nº 269/2007:

PA nº 47/2012: “SERVIDOR PÚBLICO. Direitos e vantagens. Licença-prêmio. indenização. Inteligência do artigo 3º da Lei Complementar Estadual n.º 1.048, de 10 de junho de 2008. Exigência de que, na hipótese de exoneração ex officio, o gozo do benefício haja-se tornado inviável para o interessado. Ausência desse requisito legal na hipótese de investidura posterior em outro cargo. Contagem do tempo de serviço público em múltiplos vínculos funcionais para efeito de licença-prêmio. Artigo 76 do Estatuto dos Funcionários Públicos (Lei Estadual n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968). Súmula 21 da Procuradoria Geral do Estado. Precedente: Parecer PA n.º 145/2001. Caso concreto em que o servidor já gozou parcela da licença-prêmio enquanto ocupava o cargo anterior. Desconto dos dias de afastamento do total de noventa dias a que o servidor teria direito. Vedação do duplo efeito do período aquisitivo. Possibilidade de gozo dos dias restantes. Proposta de manutenção do indeferimento do pleito indenizatório.”

PA nº 33/2012: “SERVIDOR PÚBLICO. FUNÇÃO-ATIVIDADE. LICENÇA PRÊMIO. Indenização pela exoneração ex officio de cargo em comissão. Artigo 3º da Lei Complementar Estadual n.º 1.048, de 10 de junho de 2008. Inviabilidade. Prosseguimento do servidor no exercício de função-atividade de natureza permanente. Hipótese em que não se tornou inviável a fruição do

³ Artigo 1º, Decreto 20.910, de 6 de janeiro de 1932: “As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.”



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

benefício de assiduidade, tendo em vista o teor do Despacho Normativo do Governador de 22 de novembro de 2011, que estendeu a todos servidores admitidos sob o regime da Lei Estadual n.º 500, de 13 de novembro de 1974, os efeitos das decisões judiciais que reconheceram outros agentes da espécie o direito à licença prêmio. Pleito indenizatório formulado antes da edição desse despacho. Irrelevância. Impossibilidade de constituição de direito adquirido contra a própria lei. Mudança de interpretação da lei no âmbito da Administração Pública Estadual. Precedente: Parecer PA n.º 185/2010. Proposta de indeferimento do pedido.”

Parecer PA n.º 269/2007: “CARGO EM COMISSÃO. LICENÇA-PRÊMIO. FRUIÇÃO. Servidor exonerado de cargo que ocupava exclusivamente em comissão sem haver desfrutado de férias, e que, posteriormente, haja sido nomeado para outro cargo, também em comissão, após o prazo previsto no artigo 178, Parágrafo Único da Lei 10.261/68, tem direito à indenização pelas férias não usufruídas. Se, todavia, não desfrutou da licença-prêmio a que porventura já fizesse jus, poderá, no novo cargo, pleitear a contagem de tempo devida, que levará em conta o tempo exercido no cargo anterior (art. 76 do Estatuto Funcional), a fim de que lhe seja reconhecido o direito ao benefício – que deverá, na forma da legislação, ser usufruído no cargo atual (Precedente: Parecer PA-3 n.º 145/2001).”

10.2. Aposentadoria compulsória

Conforme disposto no artigo 2º das disposições transitórias da Lei Complementar n.º 1.048/2008, “*O servidor público ou o militar que já tenham implementado as condições para sua aposentadoria ou inatividade remunerada voluntária e se encontrem no exercício de suas atividades públicas na data de publicação desta lei complementar, poderão fruir os períodos de licença-prêmio adquiridos, salvo se forem aposentados ou inativados compulsoriamente, quando então perceberão indenização nos termos do artigo 3º desta lei complementar”.*

Desta forma, os pedidos de indenização por períodos de licença-prêmio não gozados por servidor aposentado compulsoriamente comportam deferimento, desde que haja comprovação nos autos de que o interessado se encontrava em efetivo exercício e preenchia todos os requisitos para a aposentadoria voluntária no início de vigência da Lei Complementar n.º 1.048/2008 (ou seja, em 11/06/2008), observando-se para o requerimento, a prescrição quinquenal a contar da data da aposentadoria.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

Nesse sentido, a Procuradora do Estado Chefe Substituta da Procuradoria Administrativa, ao não concordar com as conclusões alcançadas no Parecer PA nº 204/2009⁴, manifestou que:

“A regra é a fruição do benefício da licença-prêmio. A indenização se dá apenas nas hipóteses taxativas do artigo 3º das Disposições Permanentes do texto legal. Isso é fato. Ocorre que o legislador introduziu uma exceção a essa regra nas Disposições Transitórias, admitindo a indenização para aqueles que tenham implementado as condições para aposentadoria ou inatividade remunerada voluntária, se encontrem no exercício de suas atividades na data da publicação da lei e venham a ser aposentados compulsoriamente. A exegese preconizada pelo Parecer PA nº 204/2009 equivale a criar um requisito adicional para a percepção do benefício. Não previu a lei que o direito à indenização surgiria apenas na hipótese de o interessado ter requerido o gozo da licença-prêmio. Se a lei não criou esse requisito, não parece possível ao intérprete criá-lo. Nem mesmo a interpretação sistemática autoriza tal conclusão.”

10.3. Aposentadoria voluntária

Pedidos de indenização de períodos de licença-prêmio não usufruídas em razão de aposentadoria voluntária comportam deferimento tão somente com relação aos períodos de licença-prêmio averbados para gozo oportuno, vencidos até 31 de dezembro de 1985, e não utilizados, conforme artigo 1º do Decreto Estadual nº 25.013, de 16 de abril de 1986⁵.

Neste caso, o pedido de indenização deve ser formulado antes da efetivação da aposentadoria (juntamente com o requerimento da aposentadoria ou até a data anterior à publicação da concessão da aposentadoria), nos termos da orientação constante do Parecer PA nº 304/2007. De acordo com o despacho de aprovação da Subprocuradora Geral do Estado da Área da Consultoria:

⁴ O Parecer PA nº 204/2009 não foi aprovado conforme despacho do Procurador Geral do Estado Adjunto.

⁵ “Artigo 1.º - Ao funcionário público ou ao servidor da Administração Centralizada e Autarquias do Estado fica assegurado o direito, por ocasião da aposentadoria, de pleitear o pagamento dos períodos de férias indeferidos por absoluta necessidade dos serviços e/ou licenças-prêmio averbados para gozo oportuno, vencidos até 31 de dezembro de 1985 e não usufruídos ou utilizados para qualquer outro efeito legal.”



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

“A exigência estabelecida pelo Decreto nº 25.013/86, no sentido de que o servidor apresente pedido de conversão em pecúnia ou indenização de período de licença prêmio averbado e não usufruído por ocasião da aposentadoria não determina que ambos os requerimentos sejam formulados conjuntamente ou na mesma data. O pedido poderá ser protocolado simultaneamente ou após o requerimento de aposentadoria, mas sempre antes da efetivação desta.”

10.4. Pedidos efetuados quando completadas as condições necessárias à aposentadoria voluntária

Dispõe o artigo 2º das disposições transitórias do Decreto nº 25.013/1986 que:

“Os atuais funcionários públicos ou servidores, em exercício, que já preenchem ou quando vierem a preencher as condições necessárias à aposentadoria e façam jus à indenização prevista neste decreto, poderão pleiteá-la dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que completarem o interstício para aposentação, efetuando-se o cálculo correspondente na forma prevista em seu Artigo 3.”

Desta forma, os pedidos de indenização efetuados por servidores que completaram os requisitos para aposentadoria, mas não pretendem se aposentar, de períodos de licença-prêmio averbados para gozo oportuno, vencidos até 31 de dezembro de 1985, e não utilizados, conforme artigo 1º do Decreto nº 25.013/1986⁶, são passíveis de deferimento desde que o requerimento seja feito dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que completadas as condições necessárias à aposentadoria voluntária.

Neste sentido, cumpre trazer a orientação firmada nos Pareceres PA nº 92/2014 e PA nº 195/2010:

⁶ “Artigo 1.º - Ao funcionário público ou ao servidor da Administração Centralizada e Autarquias do Estado fica assegurado o direito, por ocasião da aposentadoria, de pleitear o pagamento dos períodos de férias indeferidos por absoluta necessidade dos serviços e/ou licenças-prêmio averbados para gozo oportuno, vencidos até 31 de dezembro de 1985 e não usufruídos ou utilizados para qualquer outro efeito legal.”



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

Parecer PA n° 195/2010: “LICENÇA-PRÊMIO. INDENIZAÇÃO. Período relativo a 05.04.77 a 04.04.79 e 08.05.79 a 06.05.82, averbado para gozo oportuno e não usufruído. Aplicação do artigo 2° das Disposições Transitórias do Decreto estadual n° 25.013, de 16 de abril de 1986 mediante o preenchimento dos seguintes requisitos: i) o requerente deve ser funcionário público ou servidor da Administração Centralizada e Autarquias do Estado na data da publicação do decreto (16.04.1986) e manter essa condição até o preenchimento das condições para aposentadoria voluntária; ii) os períodos de licença-prêmio devem estar averbados para gozo oportuno, não terem sido usufruídos para qualquer efeito e terem sido adquiridos até 31.12.1985; iii) o requerimento deve ser formulado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data em que completadas as condições necessárias à aposentadoria voluntária. Elementos que indicam o preenchimento dos requisitos, destituídos, porém, de caráter oficial. Necessidade de complementação da instrução com a juntada de certidão de liquidação de serviço para fins de aposentadoria. Proposta de deferimento do pleito se confirmadas as informações.”

Parecer PA n° 92/2014: “LICENÇA-PRÊMIO. INDENIZAÇÃO. Períodos de licença-prêmio averbados para gozo oportuno, vencidos até 31 de dezembro de 1985 e não usufruídos ou utilizados para qualquer outro efeito legal. Requerimento formulado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data em que completadas as condições necessárias à aposentadoria voluntária. Artigo 1° do Decreto estadual n° 25.013/86 combinado com o artigo 2° de suas Disposições Transitórias. Proposta de deferimento do pleito.”

Caso o pedido não seja formulado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da implementação dos requisitos para a aposentadoria voluntária o pedido deverá ser indeferido, no entanto, o servidor poderá efetuar novo requerimento para pagamento da indenização, por ocasião da aposentadoria, conforme subitem 10.3 deste parecer referencial.

10.5. Pedidos formulados por Agentes Fiscais de Rendas e servidores em exercício nas unidades administrativas da Secretaria da Fazenda e Planejamento

Importante ressaltar que a Lei Complementar n° 1.059, de 18 de setembro de 2008, que dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos ocupantes do cargo de Agente Fiscal de Rendas e institui a Participação nos Resultados – PR, aos integrantes da carreira prevê, em seu artigo 43⁷, a possibilidade de conversão em



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

pecúnia, no momento da aposentadoria ou do falecimento do servidor, dos períodos de licença-prêmio não usufruídos.

Assim, os Agentes Fiscais de Rendas em atividade poderão pleitear, por ocasião da aposentadoria⁸, a indenização dos períodos de licença-prêmio não usufruídos, inclusive os averbados após 31 de dezembro de 1985.

Da mesma forma, os beneficiários dos Agentes Fiscais de Rendas falecidos poderão efetuar o pedido de indenização dos períodos de licença-prêmio não usufruídos, observada a prescrição quinquenal.

No mesmo sentido a Lei Complementar nº 1.079/2008, de 17 de dezembro de 2008, que institui a Bonificação por Resultados – BR aos servidores em exercício nas unidades administrativas da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Economia e Planejamento e das respectivas autarquias⁹, prevê, no artigo 14¹⁰, a

⁷ “Artigo 43 - Os períodos de licenças-prêmio não usufruídas, a que fazem jus os Agentes Fiscais de Rendas em atividade, poderão ser convertidos em pecúnia no momento da aposentadoria ou do falecimento, mediante requerimento.

§ 1º - O valor pago nos termos do “caput” deste artigo tem caráter indenizatório, não devendo ser considerado para fins de determinação do limite a que se refere o inciso XII do artigo 115 da Constituição Estadual.

§ 2º - O valor da indenização de que trata este artigo será calculado com base na remuneração do Agente Fiscal de Rendas, referente ao mês anterior ao do evento a que se refere o “caput” deste artigo, e o pagamento será efetuado no prazo de 3 (três) meses subsequentes ao mês do requerimento.”

⁸ O requerimento deverá ser efetuado juntamente com o requerimento da aposentadoria ou até o dia anterior à data da publicação da aposentadoria nos termos do Parecer PA nº 304/2007.

⁹ “Artigo 1º - Fica instituída a Bonificação por Resultados - BR, a ser paga aos servidores em exercício nas unidades administrativas:

I- da Secretaria da Fazenda;

II - da Secretaria de Economia e Planejamento;

III - das autarquias vinculadas às Secretarias a que se referem os incisos I e II deste artigo.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos ocupantes do cargo de Agente Fiscal de Rendas.”

¹⁰ “Artigo 14 - Os períodos de licença-prêmio não usufruídos, a que fazem jus os servidores em atividade nos órgãos a que se referem os incisos I e II do artigo 1º desta lei complementar, poderão ser convertidos em pecúnia no momento da aposentadoria ou do falecimento, mediante requerimento.
§ 1º - O valor pago nos termos do “caput” deste artigo tem caráter indenizatório, não devendo ser considerado para fins de determinação do limite a que se refere o inciso XII do artigo 115 da Constituição Estadual.

§ 2º - O valor da indenização de que trata este artigo será calculado com base nos vencimentos efetivamente percebidos, referente ao mês anterior ao do evento a que se refere o “caput” deste artigo, considerando-se, para sua determinação, o limite a que se refere o inciso XII do artigo 115 da Constituição Estadual, e o pagamento será efetuado no prazo de 6 (seis) meses subsequentes ao mês da aposentadoria, e em separado do demonstrativo dos proventos. (NR)

§ 3º - A indenização somente será devida nas situações em que a aposentadoria ou o falecimento ocorram a partir do primeiro período de avaliação para fins da Bonificação por Resultados - BR, nos termos desta lei



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

possibilidade de conversão em pecúnia dos períodos de licença-prêmio não usufruídos, aos servidores em atividade nos órgãos das referidas Secretarias, no momento da aposentadoria, e a seus beneficiários, quando do falecimento do servidor.

Nestes casos, conforme § 3º do artigo 14, a indenização somente será devida nas situações em que a aposentadoria ou o falecimento ocorrerem a partir do primeiro período de avaliação para fins da Bonificação por Resultados – BR.

A interpretação do referido parágrafo deve ocorrer de forma sistemática em relação aos demais dispositivos da norma, como, aliás, já restou assinalado pela Procuradoria Administrativa quando da análise da inserção do pagamento em pecúnia de períodos de licença-prêmio na norma que trata da implantação da Bonificação por Resultados, anote-se:

“5. Constata-se, assim, que a Lei Complementar Estadual nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, que institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da Secretaria da Fazenda, da Secretaria de Economia e Planejamento e das autarquias vinculadas, embutiu em seu artigo 14 matéria totalmente diversa daquela que é o seu foco principal de atenção, qual seja, o de regular a bonificação por resultados, definida como a ‘prestação pecuniária eventual, desvinculada dos vencimentos ou salário do servidor, que a perceberá de acordo com o cumprimento de metas fixadas pela Administração’.

Logo, a minúcia tratada no referido artigo 14 - conversão em pecúnia - coadunando-se com a regra geral inserida na Lei Complementar nº 1079/2008 - recebimento da Bonificação por Resultado - também exige que o servidor beneficiário esteja em atividade nas unidades administrativas da Secretaria de Economia e Planejamento e, ainda, que, naquele caso, a indenização somente seja liberada ‘nas situações em que a aposentadoria ou o falecimento ocorram a partir do primeiro período de avaliação para fins da Bonificação por Resultados - BR, nos termos desta lei complementar’ (art. 14, § 3º).

(...) somente com o retorno do Interessado à Secretaria de Economia e Planejamento, e após passar pelo primeiro período de avaliação em unidade administrativa na qual já estiver implantado o sistema de concessão de Bonificação por Resultado — BR, cumprindo ao menos dois terços do período de avaliação (art. 10), poderá o mesmo, no momento da pretendida aposentadoria, requerer a conversão em pecúnia dos períodos de licença prêmio não gozados ou usufruídos para qualquer outro efeito legal.”¹¹ (grifos e destaques nossos).

complementar.

¹¹Trecho extraído do Parecer PA nº 199/2010. Destaco, ainda, parte dos acréscimos apresentados pela então Procuradora do Estado Chefe da Procuradoria Administrativa em seu despacho de aprovação da peça jurídico-opinativa mencionada: “(...) Decorre do exposto que a possibilidade de indenização de períodos de licença-prêmio não usufruídos previsto no artigo 14 da LCE 1.079/2008 insere-se nesse contexto e está intimamente relacionada à submissão do servidor à sistemática da Bonificação de Resultados.”(grifos e destaques nossos).



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

A respeito dos requisitos previstos na Lei Complementar nº 1.079/2008 cumpre trazer o despacho do Subprocurador-Geral do Estado da Área da Consultoria Geral, ao aprovar o Parecer PA nº 199/2010, que trouxe à baila trecho do Parecer PA nº 178/2009¹², sintetizando os elementos necessários para análise de pedidos deste jaez, *in verbis*:

“Registro, a propósito, que o Parecer PA nº 178/2009, superiormente aprovado, ressaltou que os procedimentos relativos à indenização de períodos de licença-prêmio não usufruídos devem ser instruídos com todos os requisitos legais necessários, como se verifica pelo trecho que segue transcrito:

*“9 - Quanto à instrução, considero que os interessados e os órgãos responsáveis devem ser orientados para **fazer constar expressamente** dos autos que **(a) se trata de servidor abrangido pela LC 1079/2008 (em exercício em unidade administrativa das Secretarias ali referidas, conforme artigo 1º, I e II, e caput do artigo 14), (b) a aposentadoria ou o falecimento ocorreu a partir do primeiro período de avaliação (artigo 14, § 3º), (c) houve apresentação do requerimento exigido por lei (artigo 14, caput), (d) foi regular a aquisição da licença-prêmio, certificadas assiduidade e ausência de penas disciplinares no período, (e) inexistente impedimento ao gozo ou à conversão em pecúnia.***

Essas informações não devem ser objeto de dedução ou presunção, valendo anotar que a duplicidade de informação (declaração do interessado e certificação da Administração) diminui a possibilidade de erro por parte dos envolvidos e, além de garantir maior controle e fiscalização, implica responsabilidade de todos por eventual erro ou falsidade.” (negrito no original, sublinhado nosso).

Ainda sobre a questão, as conclusões alcançadas no Parecer PA nº 34/2012 conforme despacho de aprovação do Subprocurador-Geral do Estado da Área da Consultoria Geral:

“i) o benefício previsto no artigo 14 da Lei Complementar nº 1079/2008 não se aplica aos servidores que titularizam unicamente cargos em comissão, que tão somente podem perceber licença-prêmio em pecúnia nas hipóteses previstas no artigo 3º da Lei Complementar nº 1.048/2008;

ii) A Lei Complementar nº 1.079/2008 exige, para que o servidor possa, validamente, exercer a faculdade prevista no caput de seu artigo 14 (conversão em pecúnia de licença-prêmio) que, no momento de sua aposentação, o servidor esteja “em atividade” nos entes e órgãos elencados nos incisos do artigo 1º da Lei, de outro lado, inexistente, para tanto, exigência de que o servidor integre determinado Quadro ou série de classes;

iii) O pagamento em pecúnia, assentado no artigo 14 da Lei Complementar nº 1079/2008, substitui o gozo da licença-prêmio e a ele deve equivaler em valor;

*iv) O direito à conversão **não** está condicionado a que o servidor **não** permaneça em atividade junto aos entes e órgãos elencados nos incisos do artigo 1º da Lei Complementar nº 1079/2009, por vínculo **de outra natureza***

¹² aprovado parcialmente pelas instâncias superiores da Procuradoria Geral do Estado



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

(decorrente do provimento de cargo em comissão); dito de outra forma, o direito à conversão em pecúnia não restará prejudicado na hipótese de, após a aposentadoria no cargo efetivo, o servidor permanecer no exercício de cargo em comissão que titulariza.”

A aplicação do artigo 14 da Lei Complementar nº 1.079/2008 fica restrita aos servidores em exercício na atual Secretaria da Fazenda e Planejamento, por se enquadrarem no disposto nos incisos I e II do artigo 1º da referida lei. Note-se que a Secretaria da Fazenda teve a denominação alterada e ampliação de seu campo de atuação, com a assunção de servidores e atribuições anteriormente pertencentes à Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme Decreto nº 64.059/2019.

Destaco, por fim, que conforme orientação firmada pelo Parecer NDP nº 120/2020 a atual Secretaria de Desenvolvimento Regional não se confunde com a antiga Secretaria de Planejamento e Gestão.

Assim, os servidores em exercício na atual Secretaria de Desenvolvimento Regional não poderão requer a conversão em pecúnia, no momento da aposentadoria, dos períodos de licença-prêmio não usufruídos, com fundamento na Lei Complementar nº 1.079/2008.

11. Casos de indeferimento¹³:

11.1. Demissão e exoneração a pedido

Nos casos de aplicação de penalidade de demissão do serviço público após regular processo administrativo e de exoneração a pedido, os pedidos de indenização de licenças-prêmio não usufruídas comportam indeferimento por ausência de previsão legal, já que tais hipóteses não estão previstas na Lei Complementar nº 1.048/2008.

¹³ Destaco que o Parecer NDP nº 136/2018 concluiu pela impossibilidade de deferimento de pedido de indenização de licença-prêmio não usufruída por ex-Ouvidor da Polícia que exerceu o referido cargo em comissão por dois mandatos até a nomeação do novo Ouvidor já que na hipótese o ocupante do cargo em comissão de Ouvidor de Polícia tem conhecimento do período que ocupará o cargo e pode se programar para a fruição da licença-prêmio.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

Ressalte-se, ainda que em tais casos a impossibilidade de fruição se deu em razão de conduta do ex-servidor, não tendo havido qualquer ato da Administração que obstasse o gozo do benefício na ocasião propícia.

11.2. Aposentadoria compulsória

No caso de aposentadoria compulsória os pedidos de indenização de períodos de licença prêmio não usufruídos comportam indeferimento, ressalvada a hipótese tratada no subitem 10.2 deste parecer referencial.

11.3. Aposentadoria voluntária

Pedidos de indenização de períodos de licença-prêmio não usufruídas em razão de aposentadoria voluntária comportam indeferimento, ressalvada a hipótese tratada no subitem 10.3 deste parecer referencial.

Com efeito, os períodos de licença-prêmio adquiridos a partir de 1º de janeiro de 1986 e não usufruídos não poderão ser objeto de indenização por ocasião da aposentadoria voluntária por falta de amparo legal, já que, nos termos do artigo 5º, parágrafo único do Decreto nº 25.013/1986¹⁴, os períodos de licença-prêmio deverão, necessariamente e obrigatoriamente, ser usufruídos, sob pena de preempção.

C – FÉRIAS NÃO GOZADAS

12. Casos de deferimento:

12.1. Férias não gozadas referentes ao ano do falecimento do servidor

¹⁴ “Parágrafo único - Os períodos de licença-prêmio adquiridos a partir de 1.º de janeiro de 1986 deverão, necessária e obrigatoriamente, ser usufruídos pelo funcionário ou servidor premiado, mediante apresentação de requerimento específico, sob pena de, não o fazendo, enquanto em atividade, ter o seu direito preempção.”



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

Dispõe o Decreto Estadual nº 25.353, de 10 de junho de 1986, com as alterações introduzidas pelo Decreto Estadual nº 44.722, de 23 de fevereiro de 2000, nos artigos 1º e 2º e artigo único da disposição transitória:

“Artigo 1.º - Aos herdeiros de servidor público, da Administração Direta ou de Autarquias do Estado, fica assegurado o direito de pleitear o pagamento dos períodos de férias indeferidas por absoluta necessidade de serviço e/ou de licença-prêmio averbados para gozo oportuno e não usufruídos ou utilizados para qualquer efeito legal.

Artigo 2.º - O direito à percepção da indenização de que trata o artigo anterior dependerá de petição do beneficiário do funcionário ou servidor público falecido, que deverá ser formulada dentro de 90 (noventa) dias, contados da data do falecimento.

Disposição Transitória

Artigo único - O beneficiário de funcionário ou servidor público já falecido, e que faça jus à indenização prevista neste decreto, poderá pleiteá-la dentro de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação, efetuando-se o cálculo correspondente na forma prevista em seu artigo 3.º.

§ 1.º - A petição, dirigida ao Diretor do Departamento de Despesa de Pessoal, da Coordenação da Administração Financeira, da Secretaria da Fazenda, será acompanhada de:

- 1. prova de que o requerente representa todos os beneficiários, quando for o caso;*
- 2. declaração relativa à inexistência de reclamação judicial do mesmo direito, ou, se houver ação ajuizada, prova de sua desistência.”*

Sobre a questão importante trazer a orientação fixada pelo Procurador Geral do Estado que, ao deixar de aprovar o Parecer PA nº 65/2007, concluiu que:

“(…) modifico o entendimento vigente nesta Instituição fixado no Processo GDOC nº 23.744-453878/2002 (interessado: Neusa Maria Caparrós) para concluir pela viabilidade de pagamento aos herdeiros do período de férias, relativo ao ano em que ocorreu o óbito do servidor.”

Desta forma, pedidos formulados pelos beneficiários ou herdeiros, de indenização por férias não gozadas por servidor público falecido referentes ao ano do óbito comportam deferimento, observada a prescrição quinquenal, na esteira do que ficou pacificado, por meio do despacho, do Procurador Geral do Estado Adjunto respondendo pelo expediente da PGE, que rejeitou o Parecer PA nº 73/2010 ao enunciar:

“(…)



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

*Ratifico integralmente a orientação traçada por esta Instituição, quando da aprovação do aditamento da Subprocuradora Geral do Estado da Área da Consultoria ao Parecer PA 164/2008, tanto no que se refere ao requerimento de indenização por férias não usufruídas, tanto quanto ao que se refere ao requerimento de indenização de licença-prêmio não usufruída, isto é, **'não há prazo para requerer o pagamento das indenizações'**, devendo obviamente ser observada e respeitada a prescrição.*

Ressalto que a orientação jurídica traçada sobre essa matéria põe, em consequência, fim a uma inútil e onerosa litigiosidade que se arrasta há quase vinte e cinco anos entre o Estado e os herdeiros de servidores. Discussão essa que, aliás, se refere à possibilidade de a Administração, por meio de um decreto, limitar o direito constitucional de petição. São centenas de decisões judiciais contrárias ao Estado e suas Autarquias proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos últimos anos, em relação a essa matéria. (...)

Ressalte-se, por fim, que pedidos de indenização formulados por beneficiários ou herdeiros, de exercício anterior ao do falecimento, apenas comportam deferimento caso as férias tenham sido indeferidas por absoluta necessidade de serviço ou não tenham sido usufruídas em razão de óbice imposto pela Administração. Neste sentido o Parecer PA nº 106/2014, cuja ementa é:

*“INDENIZAÇÃO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LICENÇA POR ACIDENTE DE TRABALHO. Períodos de férias não usufruídos. **Faz jus às férias o servidor que permanece afastado em razão de licença decorrente de acidente de trabalho.** Despachos aditivos proferidos pela Subprocuradoria Geral do Estado da Área da Consultoria Geral nos Pareceres PA 13/2005 e 128/2007. Falta de amparo legal quanto à pretendida indenização. Pareceres PA 14/2004, 105/2005 e 106/2005. **Diretriz fixada no sentido de que só há o direito à indenização na hipótese em que a não fruição for imputável à Administração.** “A responsabilidade da Administração por ter a fruição do benefício se inviabilizado é completamente diversa daquela que assume, ao indeferir o gozo regulamentar de férias, por necessidade do serviço”. Despacho aditivo do Procurador do Estado Assessor Chefe da Assessoria Jurídica do Governo exarado no Parecer AJG 0767/2000.” (g.n.)*

12.2. Férias indeferidas por absoluta necessidade do serviço

Pedidos de indenização por férias indeferidas por absoluta necessidade do serviço, devidamente comprovadas e atestadas pela Administração, comportam indenização nos termos do Decreto nº 25.013/1986, revigorado pelo Decreto Estadual 39.907, de 03 de janeiro de 1995, na esteira do Parecer PA nº 28/2013:



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

“SERVIDOR PÚBLICO - Aposentadoria Compulsória - Pedidos de indenização de períodos de férias e licença-prêmio não usufruídos. Viabilidade de indenização da licença-prêmio com amparo no art. 2º das Disposições Transitórias da Lei Complementar 1.048/2008. Entendimento assente no aditamento da Chefia da Procuradoria Administrativa no Parecer PA 204/2009. Viabilidade de indenização apenas daqueles períodos de férias cujo gozo foi indeferido por absoluta necessidade do serviço. Decreto nº 25.013/86. Despacho Normativo do Governador de 23 de fevereiro de 2000. Proposta de retorno dos autos à origem para ciência e apuração da responsabilidade da autoridade competente pelo descumprimento das normas legais e regulamentares. Art. 4º do Decreto 25.013/86 e art. 176, §2º, Lei nº 10.261/68. Pareceres PA-3 007/1998 e 304/1991. Repercussão geral reconhecida no ARE 721001 RGIRJ, no qual se trata da viabilidade de indenização pecuniária de direitos de natureza remuneratória por aqueles que não mais podem dela usufruir. Necessidade de comprovação nos autos da circunstância autorizadora da indenização relativamente ao exercício de 1994.”

Os pedidos de indenização referentes às férias indeferidas por absoluta necessidade de serviço deverão ser formulados por ocasião da aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º do Decreto nº 25.013/1986, ou pelos beneficiários ou herdeiros nos casos de falecimento do servidor, conforme artigo 1º do Decreto nº 25.353/1986, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 44.722/2000, observada nestes casos, como já dito, a prescrição quinquenal.

Sobre a questão o Despacho Normativo do Governador, de 23 de fevereiro de 2.000, segundo o qual: *“Diante dos elementos que instruem estes autos, especialmente as manifestações da Procuradoria Geral do Estado e os pareceres 977-96, 942-99 e 1.069-99 da AJG, com fundamentos no art. 2º, XI, da LC 478-86, a extensão das decisões judiciais que reconheceram ao servidor aposentado voluntariamente, por invalidez ou por implemento de idade, o direito de receber uma indenização pecuniária de valor correspondente ao dos respectivos vencimentos ou salários, acrescido de um terço, se referentes a períodos posteriores a 1988, sempre que as férias regulamentares não tenham sido gozadas nas ocasiões próprias, em razão de absoluta necessidade de serviço”*.

Destaco que nas hipóteses em que as férias são inicialmente indeferidas por absoluta necessidade do serviço, mas, no ato de indeferimento, é fixado prazo para fruição, caso o servidor deixe de usufruí-las, sem que tenha havido



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

novo indeferimento, as férias não serão passíveis de indenização ante a ausência de óbice imposto pela Administração.

Ainda com relação às férias indeferidas por absoluta necessidade do serviço, o Despacho Normativo do Governador, de 25 de julho de 1986, decidiu em caráter normativo o direito à indenização de períodos de férias indeferidas por absoluta necessidade do serviço ao servidor exonerado *ex officio*.¹⁵

12.3. Férias não usufruídas por servidor exonerado *ex officio* referentes ao exercício em que ocorreu a exoneração

Os pedidos formulados por servidores exonerados *ex officio* referentes ao exercício em que ocorreu a exoneração comportam deferimento, observada a prescrição quinquenal, com base em interpretação extensiva do Despacho Normativo do Governador de 25/07/1986, entendimento este firmado pela Procuradoria Administrativa em diversos pareceres dentre os quais destaco os Pareceres PA n.ºs. 302/2003 e 291/2007:

PA n.º 302/2003: “FÉRIAS. Pedido de pagamento em pecúnia de 30 (trinta) dias de férias referentes ao exercício de 2003, formulado por funcionária exonerada ex officio do cargo em comissão de Secretário, Ref. 1 – SQC-I, do Departamento de Administração da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Hipótese não contemplada pelo Decreto n.º 25.013/86 e pelo Despacho Normativo do Governador de 27/07/86. Aplicação do princípio que veda o enriquecimento sem causa. Existência de precedente nesta Especializada em sentido contrário, pendente de aprovação (PA n.º 229/2003). Proposta de deferimento. Competência do Governador do Estado, para a decisão final.”

PA n.º 291/2007: “FÉRIAS. LICENÇA-PRÊMIO. SERVIDOR EM COMISSÃO. EXONERAÇÃO. INDENIZAÇÃO. Servidor exonerado "ex officio" de cargo que ocupava exclusivamente em comissão sem haver desfrutado de férias, tem direito à indenização pelas que não pôde usufruir (Precedentes: Pareceres P A n.º 302/2003 e n.º 312/2003).(...)”

¹⁵ “Diante dos elementos que instruem estes autos, especialmente as manifestações da Procuradoria Geral do Estado, aprovadas pelo Secretário da Justiça e o Parecer 1.052-86, da Assessoria Jurídica do Governo, decido, em caráter normativo, que assiste ao funcionário exonerado ou servidor dispensado “ex officio”, o direito de requerer uma indenização pecuniária de valor correspondente ao dos respectivos vencimentos ou salários, sempre que estes não tenham podido gozar de suas férias regulamentares, nas ocasiões próprias, em razão de absoluta necessidade de serviço.”



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

Ressalto que no caso do servidor ser titular de outro cargo, sem que tenha havido interrupção de exercício superior a 10 (dez) dias nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 178 da Lei 10.261/1968¹⁶, o pedido de indenização deverá ser indeferido já que as férias poderão ser usufruídas no outro cargo.

Nesse sentido o despacho da Subprocuradora Geral do Estado da Área da Consultoria ao acolher as conclusões do Parecer PA nº 269/2007:

“O servidor terá direito à indenização pelo período de férias não fruído, quando é exonerado de cargo em comissão e a sua nomeação em outro cargo ultrapassou o prazo previsto no artigo 178 da Lei nº 10.261/68.”

13. Casos de indeferimento

13.1. Férias não gozadas e não indeferidas por absoluta necessidade do serviço

Ressalvadas as hipóteses previstas nos subitens 12.1 e 12.3 deste parecer, os pedidos de indenização de férias não usufruídas, que não tenham sido indeferidas por absoluta necessidade do serviço ou que a Administração não tenha imposto óbice à fruição comportam indeferimento. Isso porque, não havendo qualquer oposição da Administração, as férias deveriam ter sido regularmente usufruídas pelo servidor público interessado.

Nesse sentido estão o Parecer PA nº 106/2014 (supramencionado) e o Parecer PA nº 41/2014. É importante transcrever trecho da manifestação da Procuradora do Estado Chefe da Procuradoria Administrativa, ao propor a provação do Parecer PA nº 41/2014, de modo a melhor elucidar a questão:

¹⁶ “Artigo 178 - Somente depois do primeiro ano de exercício no serviço público, adquirirá o funcionário direito a férias.

Parágrafo único - Será contado para efeito deste artigo o tempo de serviço prestado em outro cargo público, desde que entre a cessação do anterior e o início do subsequente exercício não haja interrupção superior a 10 (dez) dias.”



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

“De acordo com o Parecer 41/2014.

A orientação sedimentada no âmbito da Administração Estadual é de que o dever de indenizar se coloca apenas nas hipóteses em que a própria Administração cria óbices ao exercício do direito de fruição das férias.”

Dentre os casos concretos enfrentados pela Procuradoria Administrativa de hipóteses de indeferimento de pedidos de indenização de férias por não ter havido indeferimento por absoluta necessidade de serviço ou óbice imposto pela Administração destaco:

- Férias não usufruídas cujo gozo foi impossibilitado em razão da aposentadoria (Parecer PA nº 474/2004)
- Férias não usufruídas em razão de fruição de licença para tratamento de saúde e posterior aposentadoria por invalidez (já mencionado Parecer PA nº 106/2005)
- Férias não usufruídas em razão de alteração legislativa que surpreende o servidor e coloca fim à sua vida ativa (Parecer PA nº 86/2015)
- Férias não usufruídas em razão da prisão do servidor (Parecer PA nº 130/2006)

D - LEGITIMIDADE PARA FORMULAR REQUERIMENTO DE INDENIZAÇÃO POR FÉRIAS E LICENÇAS-PRÊMIO NÃO GOZADAS E/OU NÃO UTILIZADAS

14. Servidor público vivo: Se o servidor público interessado estiver vivo, compete a ele, diretamente ou através de representante, o pedido de indenização por férias e licenças-prêmio não gozadas.

15. Servidor público falecido: terão legitimidade para formular o pedido indenizatório, por férias e licenças-prêmio não gozadas por servidor público falecido, seus beneficiários regularmente habilitados junto à São Paulo Previdência – SPPREV e, na ausência de beneficiários, os herdeiros do servidor falecido.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

16. Vale lembrar que, muito embora o artigo 1º do Decreto nº 25.353/1986 tenha tido sua redação alterada pelo Decreto nº 44.722/2000, que substituiu a expressão “*beneficiários*” por “*herdeiros*”, o pagamento da indenização de férias será efetuado aos herdeiros apenas na ausência de beneficiários.

17. Nesse sentido é a conclusão do Parecer PA nº 61/2008, aprovada pelo Procurador Geral do Estado Adjunto. A respeito desta orientação jurídica, vale transcrever trecho da manifestação da Subprocuradora Geral do Estado da área da consultoria, *in verbis*:

“Acolho as razões que fundamentam o Parecer PA nº 61/2008, pois conforme diretriz fixada por esta Instituição (Parecer PA nº 140/2005) o termo “herdeiro” utilizado no artigo 1º do Decreto nº 25.353/86, com a redação dada pelo Decreto nº 44.722/2000, refere-se aos beneficiários da legislação previdenciária do servidor falecido, assim habilitados no IPESP. Na falta destes, a destinação dos benefícios dar-se-á na forma da lei civil, àqueles indicados em alvará judicial.”

18. Ressalte-se que o artigo 3º da Lei Complementar 1.199, de 22 de maio de 2013¹⁷, determinou a apresentação de alvará judicial para pagamento dos valores devidos a título de licença prêmio, no entanto, o Parecer PA nº 16/2015 aprovado parcialmente pelo Procurador Geral do Estado, fixou o entendimento de que o alvará judicial apenas será exigido na falta de beneficiários.

19. Com efeito, assim constou na manifestação do Subprocurador Geral do Estado da área da Consultoria Geral:

“Desse modo, parece lícito concluir que a legislação estadual não poderia, sem violar a competência privativa da União para legislar sobre direito processual (artigo 22, inciso I, da Constituição Federal), exigir que o pagamento de

¹⁷“Artigo 3º - O pagamento de indenização referente aos períodos de licença-prêmio a que se referem os dispositivos adiante relacionados dependerá da apresentação de requerimento do servidor e, no caso de falecimento, da apresentação de alvará judicial:

I - artigo 3º da Lei Complementar nº 1.048, de 10 de junho de 2008;

II - artigo 43 da Lei Complementar nº 1.059, de 18 de setembro de 2008;

III - artigo 14 da Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008;

IV - artigo 14 da Lei Complementar nº 1.121, de 30 de junho de 2010.”



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

indenização referente aos períodos de licença-prêmio não gozados em vida pelo servidor seja realizado obrigatoriamente mediante a apresentação de alvará judicial, independentemente do seu destinatário.

Por isso, aceno favoravelmente ao entendimento preconizado pela Chefia da Procuradoria Administrativa segundo o qual "o artigo 30 da Lei Complementar Estadual n.º 1.199/2013 há de ser interpretado conforme a lei federal em questão, de forma que, apenas na falta de beneficiários, o pagamento da indenização prevista no artigo 3º da Lei Complementar Estadual n.º 1.048/2008, seja feito aos herdeiros, mediante alvará judicial" (fl. 100)."

20. Desta forma, deve-se requisitar, junto à SPPREV, certidão de dependentes habilitados em nome do servidor falecido, a quem o pagamento deverá ser efetivado, mesmo em caso de existência de alvará judicial com determinação de pagamento que contemple outros herdeiros não apontados na referida certidão expedida pelo órgão previdenciário oficial do Estado, nos termos do Parecer PA nº 22/2015¹⁸.

21. Só em caso de inexistência de dependentes habilitados junto ao órgão oficial de previdência é que o pagamento deverá ser feito de acordo com a ordem de vocação hereditária prevista na legislação civil (artigo 1.829 CC), mediante apresentação de alvará judicial, formal de partilha ou escritura pública de inventário e adjudicação¹⁹.

E - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSTRUÇÃO DO PEDIDO

22. Os pedidos de indenização de períodos de férias e licenças-prêmio não usufruídos deverão ser instruídos com:

a) requerimento do interessado dirigido ao Secretário da Fazenda e Planejamento;

¹⁸ Destaco o seguinte trecho do despacho de aprovação do Parecer PA nº 22/2015: "Enfatizo, na linha do que foi afirmado na nota de rodapé n.º 6 da peça opinativa, que o alvará reproduzido a fls. 145 dos autos é mera autorização judicial, tanto que traz em seu texto "a ressalva de que devem estar satisfeitas as demais exigências legais". Assim, nos termos da exigência do artigo 1º da Lei Federal n.º 6.858/1980, para que a inventariante pudesse levantar, nessa qualidade, a indenização devida ao falecido seria necessário que o servidor não houvesse deixado dependentes previdenciários. A propósito, o artigo 1.037 do Código de Processo Civil estabelece que "Independerá de inventário ou arrolamento o pagamento dos valores previstos na Lei n.º 6.858, de 24 de novembro de 1980"."

¹⁹ Que deverá conter expressamente os créditos perante a Fazenda e os respectivos valores.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL
NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

b) certidão de óbito, em caso de falecimento do servidor;

c) cópia da publicação da aposentadoria, ou da data da exoneração *ex officio*, conforme o caso;

d) declaração de dependentes perante a SPPREV, se o caso;

e) alvará judicial, formal de partilha ou escritura pública de inventário e adjudicação, no caso de inexistência de dependentes;

f) documentos pessoais dos interessados e comprovantes de conta bancária;

g) declaração de inexistência de ação judicial pleiteando tal direito;

h) declaração de representação de todos os dependentes/herdeiros, se o caso;

i) certidão atualizada expedida pelo órgão de pessoal constando os períodos de licenças-prêmio averbados e não usufruídos pelo servidor;

j) certidão comprovando que o servidor deixou de usufruir férias em razão do falecimento ou por absoluta necessidade do serviço;

k) escala de férias;



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

l) registros de frequência do exercício a que tinha direito às férias e do exercício anterior.

F - COMPETÊNCIA DECISÓRIA

23. Nos termos do Decreto Estadual nº 52.855, de 1 de abril de 2008 e, em especial, da Resolução SF 16, de 08 de abril de 2008, a decisão final quanto aos pedidos de indenização por férias e licenças-prêmio não usufruídas, no âmbito da Administração Centralizada, compete ao Senhor Coordenador da Administração Financeira da Secretaria da Fazenda e Planejamento, por competência delegada.

24. Com efeito, o Decreto nº 52.855/2008, estabelece o quanto segue em seus artigos 1º (com a redação dada pelo Decreto nº 53.349, de 25 de agosto de 2008) e 2º:

“Artigo 1º - Fica atribuída ao Secretário da Fazenda competência para decidir os pedidos formulados por servidores, ativos ou inativos, e ex-servidores da Administração Centralizada ou seus beneficiários e herdeiros, relativos ao pagamento, a título de indenização, de períodos de férias não gozadas e/ou de licença-prêmio não usufruídas ou não utilizadas para qualquer efeito legal, observada a orientação da Procuradoria Geral do Estado e ouvido, em cada caso, o Departamento de Despesa de Pessoal do Estado, vinculado à Coordenação da Administração Financeira da Secretaria da Fazenda.

Parágrafo único - O Secretário da Fazenda poderá delegar a competência atribuída por este decreto.

Artigo 2º - Os processos e expedientes, ao serem encaminhados à Secretaria da Fazenda para os fins do artigo anterior, deverão estar devidamente instruídos com a manifestação dos órgãos setoriais do Sistema de Administração de Pessoal e da Consultoria Jurídica da Pasta de origem do servidor.

Parágrafo único - A Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda será ouvida no caso concreto, quando se tratar de servidor da própria Pasta, ou se houver necessidade de dirimir dúvida jurídica para a correta apreciação do pedido.”

25. Por meio da Resolução SF-16/2008, o Secretário da Fazenda delegou a competência tratada no Decreto nº 52.855/2008, da seguinte forma:

“Artigo 1º - Fica delegada competência ao Coordenador da Administração Financeira, desta Secretaria, para decidir os pedidos de indenização de licença-prêmio e férias previstos no Decreto nº 52.855, de 1º de abril de 2008.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando anulada a Resolução SF nº 45, de 29/12/2006.”



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

26. Destaco que, no âmbito das Autarquias do Estado, os pedidos de indenização serão decididos pelo Superintendente da respectiva entidade conforme artigo 2º do Decreto nº 53.349/2008.

G – CONSIDERAÇÕES FINAIS

27. Ante o exposto, submeto à Administração o presente Parecer Referencial, ficando sem efeito o Parecer Referencial NDP nº 03/2020 em razão do advento da nova orientação firmada pelo Parecer NDP nº 120/2020, para que venha a ser utilizado em casos concretos que se subsumam, na íntegra, às orientações aqui lançadas.

28. A Administração deverá confirmar que se cuida de processo administrativo com pedido de indenização por férias e/ou licenças-prêmio não gozadas ou utilizadas por servidores titulares de cargo efetivo, ocupantes de cargo em comissão ou admitidos nos termos dos incisos I e II do artigo 1º da Lei nº 500/1974, cujo tratamento jurídico se subsuma, na íntegra, à orientação constante nesta orientação.

29. Promover a juntada, no processo individual, do presente Parecer Referencial e de declaração da autoridade competente de que o caso concreto se subsume, na íntegra, à orientação jurídica aqui traçada, e que serão seguidas as orientações nele contidas.

30. O prazo de validade do presente parecer fica fixado em 12 (doze) meses a contar da sua aprovação, ressalvados os casos de alteração legislativa ou orientação institucional, em que a Administração deverá demandar nova análise.

31. Ressalto que hipóteses de pagamento de indenização em razão de férias ou licença-prêmio não gozadas não tratadas neste parecer referencial, inclusive hipóteses previstas em legislações específicas não analisadas no presente parecer, deverão ser objeto de análise por este órgão jurídico.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL
NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

III – CONCLUSÃO

H - SOLUÇÃO DO CASO CONCRETO

32. Voltando-se à solicitação especificamente formulada por [REDACTED] tem-se que o pleito de indenização de 30 (trinta) dias de férias, referentes ao exercício de 2020, não usufruídas em razão de sua exoneração *ex officio* comporta deferimento conforme exposto no subitem 12.3 deste Parecer.

33. Desta forma, proponho o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado - CRHE para ciência e divulgação da presente orientação, com posterior encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Administração Financeira da Secretaria da Fazenda e Planejamento para as providências cabíveis.

É o parecer.

À consideração superior.

São Paulo, 25 de junho de 2020.

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como 'Elisângela da Libração'.

ELISÂNGELA DA LIBRAÇÃO
Procuradora do Estado



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL
NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

PROCESSO: SSP-9715/2018

INTERESSADO: [REDACTED]

ASSUNTO: RECURSOS HUMANOS - PROCESSO UNICO DE
CONTAGEM DE TEMPO - PUCT - 003.04.02.001

PARECER: NDP n.º 4/2020

Aprovo o **Parecer Referencial NDP n.º 4/2020**, que versa sobre indenização de períodos de licença-prêmio e de férias não gozados por servidores públicos efetivos, titulares de cargos em comissão ou admitidos nos termos dos incisos I e II do artigo 1º da Lei n.º 500, de 13 de novembro de 1974, ficando sem efeito o Parecer Referencial NDP n.º 3/2020. O prazo de validade do presente parecer fica fixado em **12 (doze) meses**, ressalvados os casos de alterações legislativa ou de orientação jurídica institucional.

Envie-se cópia do parecer à Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, por meio do correio eletrônico, para ciência da orientação jurídica firmada por este Núcleo de Direito de Pessoal, nos termos do art. 7º da Resolução PGE n.º 29, de 23 de dezembro de 2015.

Adotada essa medida, os autos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado - CRHE, inclusive pela via eletrônica, para adoção das providências de caráter central, divulgação da orientação aos demais órgãos de Recursos Humanos do Estado, aplicação da orientação nos casos semelhantes que se encontram sobrestados na unidade, bem como atualização da lista de Pareceres Referenciais no endereço eletrônico: http://www.recursohumanos.sp.gov.br/pareceres_ndp.html.

Após as diligências necessárias, o processo administrativo poderá ser encaminhado à Coordenadoria da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda e



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL
NÚCLEO DE DIREITO DE PESSOAL

Planejamento para deliberação, nos termos do Decreto estadual nº 52.855, de 1 de abril de 2008 e Resolução SF 16, de 8 de abril de 2008

Alerto que as Pastas deverão solicitar auxílio da Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado - CRHE - quando houver dificuldade de aplicação do Parecer Referencial, bem como informar a este Núcleo de Direito de Pessoal a existência de alteração legislativa que possa prejudicar a orientação jurídica ora veiculada, sem prejuízo da atuação "*ex officio*" por parte deste órgão.

São Paulo, 26 de junho de 2020.

Assinatura manuscrita em azul-escuro, correspondente ao nome Wolker Volanin Bicalho.

WOLKER VOLANIN BICALHO
Procurador do Estado

Coordenador do Núcleo de Direito de Pessoal